

ENSINO MÉDIO E FORMAÇÃO DA JUVENTUDE

APONTAMENTOS CRÍTICOS

Mirthis Yammilit da Conceição Almeida

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

mirthisalmeida@uern.br

Há uma dívida histórica com a educação daqueles que não constituem as elites – população com maior nível de escolarização. Esta dimensão é retratada nas pesquisas, no qual se analisa o percentual médio de anos estudados pela população brasileira, e concluiu-se que “a premissa do ensino médio para todos, aparecendo como um direito educativo, torna os impasses em torno do tipo de ensino médio [...] e sua identidade um foco importante do conflito e de disputas públicas (SPOSITO; SOUZA, 2014, p.42). Estas revelam-se na tensão permanente estabelecida pelas demandas do capital de educar segundo os preceitos do mercado, por quanto, põe-se em evidência no debate educativo: quais os conhecimentos necessários ao currículo escolar no contexto de reestruturação produtiva e a acumulação flexível (HARVEY, 2008) do capital neoliberal.

Evidente que o panorama geral da etapa do Ensino Médio tem uma relação desafiadora e disputada a nível nacional, diante disso, ao observarmos o diagnóstico produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019) evidenciam-se 7,7 milhões de matrículas no ensino médio em 2018, com retração de 7,1 %, fenômeno que se amplia pela descontinuidade dos estudos do 9º ano do ensino fundamental. Houve uma melhoria no fluxo do Ensino Médio em 3 pontos percentuais de 2013 a 2017, porém a distorção-idade-série alcançou 28,2% em 2018, dos quais, jovens do sexo masculino são os mais afetados. Houve queda na matrícula na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em 2018¹ de 1,5% em relação a 2017,

¹ O INEP não distinguiu a etapa do Ensino Fundamental e Médio neste dado.

totalizando 3,5 milhões, e a matrícula na educação profissional foi 3,9% maior que em 2017.

De acordo com a Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) no Ensino Médio, “em 2018, a taxa de frequência líquida de 69,3%, ou seja, 30,7% dos alunos estavam atrasados ou tinham deixado a escola” (IBGE, 2019, *on-line*)² e afirma que os maiores “atrasos” são nos grupos com idades de: 15 a 17 anos (23,1%), e de 18 a 24 anos (25,2%), sendo o grupo etário com maior incidência de abandono o de 18 a 24 anos (63,8%). Outro fator averiguado foi a exclusão da escola e do trabalho, juventude “nem-nem” com o corpo de 10,9 milhões de jovens entre 15 e 29 anos – 23% da população dessa faixa – realidade relacionada a pobreza, em que as maiores afetadas são jovens pretas e pardas, o que torna o Brasil o 5ª pior entre os 41 países filiados a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), segundo o ranking estandardizado no relatório *Education at a Glance 2019* (*apud*, IBGE, 2019, *on-line*), narrativa que reforça a pressão por intervencionismo “eficiente” aos moldes do mercado no setor público.

A relação juventude e emprego é evidenciada no relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho OIT por Corseuil, *et, al* (2020), no relatório que compreende a análise do primeiro trimestre de 2012 até o primeiro trimestre de 2019³, no entanto, evoca os antecedentes históricos do período de 2006 a 2013 como economia “positiva com queda no desemprego e aumento de renda, e parecia haver barreiras para que uma parcela considerável dos jovens conseguisse acesso a empregos de qualidade” (CORSEUIL *et. al*, 2020, p. 8), condição que se agrava desde 2015 quando os efeitos da crise do capital são

²Vide: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25885-11-8-dos-jovens-com-menores-rendimentos-abandonaram-a-escola-sem-concluir-a-educacao-basica-em-2018#:~:text=A%20PNAD%20Cont%C3%ADnua%20do%20IBGE,%2C%20finalmente%2C%2016%2C5%25> Acesso: 10 de agosto de 2022

³ Em 1 de janeiro de 2019 tomou posse no Brasil o presidente neoconservador Bolsonaro (sem partido) e seu vice Ramilton Morão, ambos de carreira militar, eleitos em 2018 meio ao antipetismo, *fake news*, escândalos, inclusive a suposta facada em Bolsonaro, a agenda neoliberal é conduzida pelo *Chicago Boy* – termo atribuído aos intelectuais formados por Milton Friedman na Escola de Chicago – o ministro da economia Paulo Guedes.

mais profundos no caso brasileiro, qual os jovens permaneceram no desemprego.

A pequena parcela que se ocupa, assume postos de trabalho precários, com baixos salários, grande rotatividade, sem acesso aos direitos trabalhistas, maioria na informalidade. Que “para se ter uma ideia da gravidade do problema, durante o período 2012 - 2018, em média 53% dos jovens de 15 a 29 anos entram no mercado de trabalho por meio do emprego informal” (CORSEUIL et. al, 2020, p. 36), diante o exposto, na economia favorável ou desfavorável, para a juventude é predominantemente desfavorável. De forma implícita ou explícita, as disputas em torno do Ensino Médio se inserem na relação de educação e trabalho. Por isso, é sensível ao projeto societário, nos últimos anos o intenso reformismo da etapa.

Diante os interesses neoliberais-neoconservadores de enxugamento do estado para o social e abertura para o mercado, o projeto societário que vinha se constituindo pelos governos do PT, “no recente caso brasileiro, se viu ameaçado por um período de avanços nas questões sociais” (PERONI; LIMA, 2020, p. 7). Vale destacar como avanços em 2013 a conquista da lei nº 12.858 com a destinação de 75% dos recursos provenientes da exploração do Pré-sal para educação, e em 2014 conquistava-se no PNE a redação histórica na Lei nº 13.005, de que fossem realizados investimentos públicos para educação pública, progressivamente 7% do PIB em cinco anos, e em dez anos, no mínimo ao equivalente de 10% do PIB, disposto na meta 20, compromissos estatal nunca antes visto em nosso país.

Todavia, assim como no golpe liberal-conservador de 1964, o golpe neoliberal-neoconservador de 2016, com notáveis distinções⁴, tem em similitude a violência de classe. “Ambos são golpes de classe, dos donos do dinheiro e do poder: o primeiro usa os militares, o outro, o Parlamento. Os meios são diferentes, mas o resultado é o mesmo: um golpe com a ruptura democrática e a violação da soberania popular” (BOFF, *online*)⁵. A maturação do golpe de

⁴ Facilmente identificadas na literatura das ciências políticas;

⁵ Vide: <https://www.otempo.com.br/opiniao/leonardo-boff/os-golpes-de-1964-e-2016-a-mesma-violencia-de-classe-1.1367373> Acesso: 10 de agosto de 2022

Estado de 2016⁶ devido a expropriação política do mandato de Dilma⁷, constituiu-se na destituição progressiva e autoritária de direitos sociais e humanos alcançados através da luta dos movimentos sociais organizados.

O neoliberalismo associado ao neoconservadorismo, segundo Peroni, Caetano e Valim (2021), responsabiliza o Estado pela crise econômica, do capital, e atribuem-na o *status* de crise moral, ambas ao Estado. Nesse caso, além das medidas de austeridade, como o congelando em 20 anos do financiamento em educação (EC95/2016), que para Amaral (2016) é a morte do PNE (2014-2024), houveram medidas autoritárias, como a Reforma do Ensino Médio instituída vinte dois dias após o golpe, e a homologação da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular, num processo de descaracterização das produções coletivas e democráticas construídas no Governo Dilma (AGUIAR, 2018). Estes retrocessos somam-se as ameaças fascistas e moralistas como a Escola sem Partido, militarização das escolas e *homeschooling* (PERONI; CAETANO & VALIM, 2021), combatidas por profissionais e especialistas em diversas marchas, e nas ocupações estudantis (universitárias e secundaristas) de 2016.

Segundo Carrano (*apud*, DIÓGENES; SÁ, 2011, p.141) “o campo da juventude foi construído, em grande medida, de cima para baixo.” Colocando em xeque a legitimidade do discurso hegemônico de que os jovens tenham “liberdades de escolha” sobre sua formação, aqui consideramos que a dimensão político-ideológica evidenciada, perfaz a transposição “naturalizada” de desigualdades educacionais a partir da profunda *segmentação*⁸ da etapa do ensino médio como esteio da competição entre jovens, docentes, gestores, escolas, secretarias, através de procedimentos de seleção – exclusão – nos percursos formativos de maior ou menor qualidade.

⁶ Sugerimos a leitura do livro, Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. JINKINS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.) São Paulo: Boitempo, 2016

⁷ Vide: <https://www.cartacapital.com.br/politica/um-ano-apos-o-impeachment-a-verdade-em-conta-gotas/> Acesso: 10 de agosto de 2022

⁸ Em diversas produções Nora Krawczyk recorre ao termo segmentação, porém, no livro Sociologia do Ensino Médio: Crítica ao Economicismo (2014) remete o termo as contribuições da pesquisa de Vinão (2006) ao evidenciar as transformações educacionais no século XXI nos sistemas nacionais europeus constata no ensino médio a tendência de dupla de articulação interna e segmentação, que se revela em critérios uniformizados pela rede, que tanto diferenciam o alunado, quanto hierarquizam diferentes planos de estudos.

Com isso, se evidencia o requinte de crueldade sistêmica por qual são definidos os parâmetros de desigualdade entre as ofertas, desde a infraestrutura e a qualidade até os perfis de ingresso. Aos que acessam o ensino médio integral, integrado ficam atualmente no topo da hierarquia dessa segmentação da etapa do ensino médio, e em contrapartida, as ofertas invisibilizadas até mesmo das provas externas, e relegadas a precarização do conhecimento, vão sendo evidenciadas em escolas regulares, na EJA Médio, no Ensino Médio Campo, quilombola, ribeirinho, e Indígena entre outros, como o ProEJA, no entanto, por quais, temos considerado os jovens estudantes, sob dimensões de vulnerabilidade educacional da dinâmica política, os quais estão responsabilizados: 1) pela apropriação, ou não, de parcelas do conhecimento, 2) pela inserção subalterna e desqualificada, ou não, no mercado de trabalho, e; 3) pelo acesso, ou não, ao ensino superior.

4 REFERÊNCIAS

AMARAL, N. C. PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 653–673, 2016. DOI: 10.21573/vol32n32016.70262. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/70262>. Acesso em: 10 ago. 2022.

AGUIAR, Márcia Ângela S. Vinte anos da LDB: da Base Nacional Comum à Base Nacional Comum Curricular. In: BRZEZINSKI, Iria (org). **LDB 1996 vinte anos depois**. São Paulo: Cortez, 2018. p.71-93.

BRASIL, IBGE. PNAD 2018. Disponível em: < <https://bit.ly/3FCB5fi> > Acesso: 11/05/2022

BRASIL, MEC. INEP 2019. Disponível em: < <https://bit.ly/3woGh2a> > Acesso: 11/05/2022

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite. POLOPONSKY, Katcha. FRANCA, Maria Pena. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização**. Brasília. IPEA, 2020. Disponível em: < <https://bit.ly/3yyfLWS> > Acesso em: 11/05/2022

DIÓGENES, G.; SÁ, L. Juventude e segurança pública: dissonâncias e ressonâncias. In: PAPA, F. de C.; FREITAS, M. V. de (org.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2011, p. 139-161

HARVEY, David. **O neoliberalismo, história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V. Políticas conservadoras e gerencialismo. **Práxis Educativa** (UEPG. ONLINE), v. 15, p. 1-20, 2020

PERONI, V. M.V; CAETANO, M.R; VALIM, P.L. Neoliberalismo e Neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 15, n. 36. Agosto de 2021.

SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel. Desafios da Reflexão Sociológica para análise do ensino Médio do Brasil. In: KRAWCZYK, Nora, org. **SOCIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO: crítica ao economicismo na política educacional**. Vários autores, São Paulo: Cortez, 2014, p. 33-62.